

## Sumário

### ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- Principiologia ambiental contemporânea: da dignidade humana à sociedade de risco*  
José Eduardo Melhen  
Leonardo Estevam de Assis Zanini ..... 15
- Vedação de progressão de regime aos integrantes de organização criminosa*  
Carlos Eduardo Ferreira dos Santos ..... 39
- Diálogo acerca do auxílio por incapacidade temporária: o assunto mais demandado nos Juizados Especiais Federais nos anos-base 2015 a 2019*  
Erica de Sousa Costa ..... 61
- Contraditório e ampla defesa no âmbito do Agravo Regimental no Habeas Corpus 157.627/PR*  
Luciana Sumire Nakamura  
Elival da Silva Ramos ..... 77
- Lei de abuso de autoridade: elemento subjetivo especial do injusto e controvérsias interpretativas*  
Simone de Alcantara Savazzoni ..... 99

### JURISPRUDÊNCIA

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

- Acidente de Alcântara: desastre durante o lançamento do terceiro protótipo do VLS-1. Morte de funcionário público federal, em sinistro ocorrido quando a vítima estava em serviço. Responsabilidade civil objetiva da União Federal.*  
ApCiv 0009528-19.2007.4.03.6103  
Desembargador Federal Johansom Di Salvo ..... 123
- INMETRO. Multa administrativa. Falta de indicação quantitativa no produto. Violação da resolução CONMETRO nº 11/1998. Crédito não tributário. Não sujeito ao juízo da recuperação judicial.*  
ApCiv 0001447-11.2012.4.03.6102  
Desembargador Federal Nery Júnior ..... 134

*Conselho Regional de Economia. Empresa administradora e gestora recursos financeiros. Atividade básica desenvolvida no âmbito do mercado financeiro e de capitais. Registro desnecessário.*

ApCiv 0025995-20.2013.4.03.6182

Desembargadora Federal Marli Ferreira .....138

*Mandado de Segurança. Remessa Oficial. Servidor público federal. Reposição ao erário. Restituição dos valores: prescrição.*

RemNecCiv 0001240-85.2016.4.03.6000

Desembargador Federal Hélio Nogueira ..... 145

*Mandado de Segurança. Financiamento público da educação. FIES. Lei nº 10.260/2001. Prorrogação da carência até o término da residência.*

ApelRemNec 5000105-68.2017.4.03.6112

Desembargador Federal Cotrim Guimarães.....149

*Ação Civil Pública. Repasse de verbas federais determinado por tutela provisória recursal. Necessidade de confirmação por provimento jurisdicional de mérito. REHUF. Suspensão repentina do programa. Inexistência de modificação fática ou jurídica.*

AI 5012109-09.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Marcelo Saraiva..... 153

*Programa mais médicos. Critério de desempate. Lei especial.*

AI 5025887-12.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Toru Yamamoto .....161

*Cancelamento de registro de diploma. Competência absoluta da justiça estadual.*

AI 5025431-28.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Antonio Cedenho..... 164

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

*Mandado de Segurança. Exame da OAB. Controle de legalidade e vinculação ao edital. Critérios de formulação e correção da prova. Reexame pelo Poder Judiciário. Impossibilidade. Ilegalidade ou erro grosseiro. Inexistência.*

ApCiv 5014978-41.2019.4.03.6100

Desembargadora Federal Diva Malerbi ..... 173

#### DIREITO PENAL

*Apropriação indébita previdenciária. Prescrição. Sonegação de vários tributos como decorrência de uma única conduta. Crime único.*

ApCrim 0003472-51.2013.4.03.6105

Desembargador Federal André Nekatschalow ..... 183

*Sonegação fiscal. Elemento subjetivo comprovado. Erro de tipo e erro de proibição não configurados. Dosimetria. Compensação integral entre agravante e atenuante. Substituição da pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos.*

ApCrim 0003881-45.2014.4.03.6120

Desembargador Federal Nino Toldo ..... 215

*Crime de desenvolvimento clandestino de telecomunicações. Comprovação de interferência em atividades regulares de telecomunicação. Desnecessidade.*

ApCrim 0007988-38.2014.4.03.6119

Desembargador Federal Fausto De Sanctis ..... 232

*Importação de agrotóxico. Tráfico internacional de munição de arma de fogo. Demonstrada finalidade comercial das munições. Reformado o regime de início de cumprimento de pena. Inabilitação para dirigir veículo mantida.*

ApCrim 0000131-27.2018.4.03.6142

Desembargador Federal Paulo Fontes ..... 257

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

*Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição. Implementação dos requisitos. DIB. Recursos Especiais nºs 1.727.063/SP, 1.727.064/SP e 1.727.069/SP. Representativo de controvérsia. Retratação. Reafirmação da DER.*

ApCiv 0008235-66.2011.4.03.6105

Desembargador Federal Paulo Domingues ..... 283

*Aposentadoria por idade urbana. Recolhimento tardio. Hipótese diversa da prevista no artigo 27, II, da Lei nº 8.213/1991. Contribuinte individual. Carência. Decadência. Indenização.*

ApCiv 0009305-73.2014.4.03.6183

Desembargadora Federal Inês Virgínia ..... 287

*Aposentadoria especial. Comprovação de atividades especiais. Tempo de especialidade insuficiente à concessão do benefício.*

ApCiv 0002432-05.2016.4.03.6113

Desembargador Federal Luiz Stefanini ..... 294

*Benefício de prestação continuada ao idoso e à pessoa com deficiência. Análise da miserabilidade em conjunto com demais fatores. Impedimento de longo prazo comprovado. Renda “per capita” familiar superior à metade do salário mínimo. Ausência de gastos superiores aos rendimentos. Filhos. Dever de auxílio é, em primeiro lugar, da família.*

ApCiv 0032691-28.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Carlos Delgado ..... 315

*Auxílio-acidente. Ausência de redução da capacidade laboral. Requisitos não presentes. Benefício indevido. Desconto do período de prestação laborativa. Recurso Especial Repetitivo 1.786.590/SP e 1.788.700/SP. Termo inicial do benefício.*

ApCiv 5000886-36.2017.4.03.6130  
Desembargadora Federal Lucia Ursaia..... 326

*Aposentadoria por idade. Adicional de 25%. Princípio da isonomia. Dignidade da pessoa humana e das pessoas portadoras de deficiência.*

ApCiv 5002939-23.2017.4.03.9999  
Desembargador Federal Baptista Pereira .....332

*Pensão por morte. Recebimento indevido de benefício assistencial. Omissão. Má-fé configurada. Desconto dos valores. Possibilidade.*

ApCiv 5002471-25.2018.4.03.6119  
Juíza Federal Convocada Leila Paiva..... 340

*Aposentadoria por invalidez. Relação de trato sucessivo. Inocorrência de prescrição do fundo de direito. Súmula 85 do STJ. Requisitos legais preenchidos. Benefício devido.*

ApCiv 5003110-91.2018.4.03.6103  
Desembargador Federal Nelson Porfírio ..... 346

*Auxílio doença. Mandado de Segurança. Remessa Oficial. Cessaçao administrativa após falta justificada ao programa de reabilitação profissional.*

RemNecCiv 5000617-73.2020.4.03.6103  
Desembargador Federal Gilberto Jordan .....352

*Revisão. Cômputo dos novos salários-de-contribuição reconhecidos em sentença trabalhista de mérito. Possibilidade. Contribuições. Fiscalização a cargo do INSS. Princípio da automaticidade. Efeitos financeiros da DER.*

ApCiv 5004896-54.2020.4.03.6119  
Desembargadora Federal Daldice Santana..... 358

*Aposentadoria por idade rural. Regime de economia familiar demonstrado. Carência cumprida. Qualidade de segurado especial na data do implemento etário demonstrada.*

ApCiv 5005896-89.2020.4.03.9999  
Juiz Federal Convocado Fernando Mendes .....363

*Auxílio-reclusão. Casamento. Dois anos. Não comprovação. Ônus da sucumbência.*

ApCiv 5288265-59.2020.4.03.9999  
Desembargador Federal Sérgio Nascimento ..... 368

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Juízo de Retratação. Correção monetária. Precatório complementar. Pagamento dos juros incidentes no período compreendido entre a data da conta homologada e a da expedição do precatório principal. Possibilidade. Aplicação do entendimento exarado pelo STF no julgamento do RE 579431-8/RS.*

ApCiv 0001548-54.1999.4.03.6118  
Desembargador Federal Batista Gonçalves .....373

*Honorários contratuais. Particularidades do caso concreto que impedem o destaque da verba honorária.*

AI 0008721-57.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Newton De Lucca .....377

*Execução Fiscal. Penhora. Bem objeto de contrato de alienação fiduciária. Possibilidade. Existência de restrição em outro processo. Preferência do crédito tributário.*

AI 5010868-34.2017.4.03.0000

Desembargador Federal André Nabarrete..... 380

*Embargos de Terceiro. Fraude à Execução Fiscal. Penhora de bem alienado a terceiro de boa-fé. Alienação por pessoa alheia à demanda executiva. Hipótese de venda sucessiva. Presunção de boa-fé que milita em favor do adquirente.*

ApCiv 0000430-27.2018.4.03.6102

Desembargador Federal Souza Ribeiro ..... 384

*Execução Fiscal. Redirecionamento. Dissolução irregular. Grupo econômico. Sucessão empresarial. Responsabilidade tributária solidária. Ingresso da sócia após ocorrência dos fatos geradores.*

AI 5005195-89.2019.4.03.0000

Desembargadora Federal Mônica Nobre ..... 398

*Cumprimento de sentença. Caderneta de poupança. Bloqueio de numerário para satisfação de execução. Impossibilidade. Impenhorabilidade.*

AI 5022577-61.2020.4.03.0000

Desembargador Federal David Dantas .....401

*Conflito Negativo De Competência. Cobertura securitária. FCVS. Ramo 66, Lei nº 13.000/2014. Tema 1.011 do E. STF. CEF. Parte-ré. Possibilidade de processamento no JEF.*

CCCV 5024343-52.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Francisco..... 404

*Mandado de Segurança. Ato da presidência do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região. Consulta encaminhada ao CJF. Auxílio-moradia suspenso. Diretores de secretaria. Prazo decadencial. Disponibilização dos autos administrativos ao advogado. Ciência do teor do processo. Decadência do direito de impetração do “mandamus”. Feito extinto com julgamento de mérito.*

MSCiv 5026482-74.2020.4.03.0000

Desembargadora Federal Marisa Santos ..... 408

*Pedido de suspensão dos efeitos de sentença proferida em Mandado de Segurança. Pleito de ser convocado e contratado para concurso público de técnico bancário. Alegação de aprovação, sendo preterido por convocação e contratação de candidatos com piores colocações por ato ilegal da CEF.*

SLAT 5034136-15.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Mairan Maia .....414

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*“Habeas Corpus”. Reexame Necessário. Óleo de “cannabis sativa”. Produção caseira e específica para tratamento terapêutico/medicinal individual.*

RemNecCrim 5001401-26.2020.4.03.6111

Desembargador Federal Maurício Kato..... 421

*“Habeas Corpus”. Execução penal. Remição. Conclusão do ensino médio. Modalidade ENCCEJA. Base de cálculo. Recomendação nº 44/2013 do CNJ. Resolução nº 3/2010 do CNE. Artigo 126, parágrafos 1º e 5º da LEP.*

HCCrim 5021101-85.2020.4.03.0000

Desembargador Federal José Lunardelli..... 425

*Ação Penal Originária. Instrução criminal. Requerimento formulado pela defesa. Produção de prova pericial. Indeferimento. Agravo regimental. Cabimento. Direito à produção probatória. Juízo de delibação. Necessidade de demonstração de relevância ao mérito do julgamento do processo-crime. Preclusão. Caso concreto. Ato instrutório que se mostra prescindível.*

AgRg APOrd 5021828-44.2020.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta ..... 433

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

*Contribuição social. Autuação. Empresa terceirizada contratada. Ausência de elementos de pessoalidade e subordinação. Vínculo empregatício não configurado. Exação indevida.*

ApCiv 0004163-43.2010.4.03.6114

Desembargador Federal Valdeci Dos Santos ..... 457

*Recurso Especial em Apelação Cível. Contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre a parcela terço constitucional de férias no julgamento. REsp nº 1.230.957/RS, vinculado ao tema nº 479 dos Recursos Repetitivos.*

REsp ApCiv 0005761-95.2011.4.03.6114

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida ..... 461

*Contribuições a terceiros. Artigo 149, § 2º, III, “a”. Rol não exauriente. Folha de salários. Validade. Princípio da referibilidade.*

ApCiv 5000537-20.2017.4.03.6102

Desembargador Federal Carlos Muta ..... 466

*Laudêmio. Cessão ou registro. Prazo decadencial. Julgamento não unânime. Submissão ao artigo 942 do CPC/15.*

ApCiv 5001343-89.2018.4.03.6144

Desembargador Federal Wilson Zauhy ..... 473

*Mandado de Segurança. Contribuições previdenciárias (cota patronal e SAT/RAT) e contribuições destinadas às entidades terceiras sobre aviso prévio indenizado, 13º salário proporcional ao aviso prévio indenizado, auxílio-doença/acidente nos primeiros 15 dias de afastamento e terço constitucional de férias.*

ApelRemNec 5004105-78.2018.4.03.6144

Desembargador Federal Peixoto Junior ..... 489

*Mandado de Segurança. PIS/COFINS creditamento. Não-cumulatividade. Aproveitamento de créditos oriundos de despesas financeiras com empréstimos e financiamentos. Proibição legal.*

ApCiv 5020303-31.2018.4.03.6100

Juíza Federal Convocada Denise Avelar .....507

## SENTENÇAS

*Ação Ordinária. EBCT. Pleito visando assegurar a entrega domiciliar de correspondências nos imóveis localizados no Residencial Campo do Melo, em Santana do Parnaíba/SP, condomínio residencial. Recusa pela EBCT de realização da entrega externa em domicílio nos imóveis, efetuando apenas uma entrega genérica na portaria do condomínio.*

0011496-49.2014.4.03.6100

Juiz Federal Gabriel Hillen Albernaz Andrade ..... 519

*Ação popular. Alegação de ilegalidade da construção do píer e do deck em imóvel em São Sebastião. Pleito de nulidade de qualquer ato ou processo que tenha por objeto o licenciamento da construção ilícita, determinando-se a demolição e restauração do local.*

0000029-94.2016.4.03.6135

Juiz Federal Gustavo Catunda Mendes .....524

*Pensão por morte. Pagamento integral a outro dependente desde 2003. Posterior habilitação de dependente incapaz. Artigos 74, II, e 76 da Lei nº 8.213/1991. Efeitos financeiros a partir do requerimento administrativo. Improcedência*

0005440-71.2016.4.03.6183

Juiz Federal Ricardo de Castro Nascimento .....534

*Ação Penal. Denúncia pelo delito previsto no artigo 33, “caput”, c/c artigo 40, I, da Lei nº 11.343/2006. Cocaína. Rés presas e processadas na Holanda. “Bis in idem”.*

0001620-37.2019.4.03.6119

Juiz Federal Fábio Rubem David Müzel.....539

*Ação Civil Pública. Pleito de anulação da matrícula imobiliária, aberta em 10/10/1996, pelo serviço de registro de imóveis de Corumbá, referente ao imóvel rural denominado “Fazenda Paraíso”, localizado em parte da superfície da ilha “Ínsua”. Segurança nacional. Usufruto indígena. Vício absoluto na transmissão do imóvel. Agressão ao princípio federativo. Alienação por estado-membro de bem da União. À luz da constituição de 1946, as ilhas fluviais eram bens federais.*

5000087-12.2019.4.03.6004

Juiz Federal Daniel Chiaretti .....543

*Ação de cobrança. CONAB. Pleito de condenação do réu ao pagamento de multa aplicada por infração cometida em leilão do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (PEPRO). Participação em leilão PEPRO, comprometendo-se a vender e escoar 17.220 caixas de laranja produzidas no Sítio Nossa Senhora Aparecida. Todavia, fiscalização da Conab constatou que a mesma propriedade foi indicada em outras quatro operações do PEPRO por outros produtores, sendo que o volume arrematado superava em muito a capacidade produtiva do sítio.*

5001430-83.2019.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert .....555

*Ação de conhecimento. Pleito de saque integral de verbas depositadas junto ao FGTS. Caótico quadro econômico-financeiro gerado a partir da pandemia do COVID-19. Decretação do estado de calamidade pública. Direito dos trabalhadores. Sopesamento de princípios constitucionais e pela própria finalidade do FGTS.*

5000485-29.2020.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite .....559

*“Habeas Corpus” coletivo. Ato do diretor da penitenciária federal de Campo Grande/MS. Alegação de suspensão ou redução indevida do tempo de banho de sol dos internos da PFCG/MS, em patamar inferior a 2 horas.*

5004025-90.2020.4.03.6000

Juíza Federal Marcela Ascer Rossi .....563

## **SÚMULAS**

*Súmulas do TRF da 3ª Região ..... 569*

*Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região .....573*